ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) LEANDRO CESAR SOUZA DA SILVA

A INTEGRAÇÃO DA ÁFRICA OCIDENTAL NO PÓS-GUERRA FRIA (1989-2015):

o papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental no gerenciamento dos conflitos regionais

Rio de Janeiro

2018

CC (IM) LEANDRO CESAR SOUZA DA SILVA

A INTEGRAÇÃO DA ÁFRICA OCIDENTAL NO PÓS-GUERRA FRIA (1989-2015):

o papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental no gerenciamento dos conflitos regionais

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Marcelo WILLIAM Monteiro da Silva

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, pela vida, saúde, inteligência e oportunidades que me possibilitaram chegar até aqui.

Agradeço à minha querida esposa Rachel Caldas, meu porto seguro, pelo apoio irrestrito e sacrifício pessoal que permitiram o tempo adequado aos estudos, desde a preparação para o curso. Estendo este agradecimento aos meus amados filhos, Pedro e Julia, cuja presença ilumina a minha vida, revigorando o espírito deste marinheiro.

Agradeço aos meus pais, Sílvio e Heloísa Helena, aos meus irmãos Lauro e Vinícius e especialmente à minha avó Heloísa, pelos ensinamentos e valores transmitidos que, em 1995, permitiram o meu ingresso na Marinha do Brasil.

Agradeço à tripulação e ao corpo docente da Escola de Guerra Naval, pelo apoio, disponibilidade e orientações dedicados à formação dos oficiais alunos do C-EMOS. Destaco agradecimentos especiais ao CMG (RM1) William, pela forma cordial e profissional que me orientou durante o trabalho; e ao CF (RM1) Nagashima, pela motivação e qualidade dos ensinamentos sobre metodologia científica.

Por fim, agradeço à Marinha do Brasil que, por meio do curso, possibilita a oportunidade ímpar para o enriquecimento intelectual de seus oficiais, contribuindo diretamente para o incremento do saber e o consequente progresso cultural do nosso país.

RESUMO

O propósito deste trabalho é verificar se a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) firmou-se como um instrumento capaz de gerenciar a segurança regional no período pós-Guerra Fria (1989-2015), promovendo a paz na região. Diante de um mundo globalizado, a relevância do tema reside na oportunidade de avaliar se este tipo de organização possui a capacidade de permitir relações autônomas entre Estados com diferentes níveis socioeconômicos. Com o fim da Guerra Fria, as relações internacionais transformaram-se, alterando as perspectivas de segurança mundiais. O abandono das regiões menos desenvolvidas, pelos principais atores globais, permitiu uma crescente regionalização em busca de integração e cooperação, proporcionando a formação de complexos regionais. No caso do oeste africano, a integração foi fundamentada, inicialmente, no estabelecimento de uma união econômica por meio da CEDEAO. No entanto, o ambiente de conflituosidade, característico da região, despertou o sentimento de que os objetivos de integração só seriam alcançados quando reinasse a estabilidade local, demandando que a organização passasse a intervir em assuntos securitários. Desta forma, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, apresenta-se um breve relato da conjuntura regional, à luz de aspectos históricos e geopolíticos, que ao ser contextualizada com a teoria dos Complexos Regionais de Segurança, permitiu o exame da evolução do papel da CEDEAO em dois conflitos distintos: a Primeira Guerra Civil da Libéria (1989-1996) e a revolta tuaregue no Mali (2012-2013). Após inter-relacionar a teoria com os dados e evidências, conclui-se que a organização consolidou-se como um mecanismo viável e capaz de atuar em prol da integração e da estabilidade regionais e, sobretudo, como um instrumento positivo para o incremento da regionalização da segurança na África Ocidental.

Palavras-chave: África Ocidental; Complexo Regional de Segurança; Comunidade Econômica; integração.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa político da África Ocidental……..56

Figura 2 – Operações de paz na região do Sahel……..58

LISTA DE TABELAS

1 – Valores movimentados pelo mercado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental nos anos de 1970/1980/2001/2013……...57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ªGM – Primeira Guerra Mundial

2ªGM – Segunda Guerra Mundial

AAPS – Arquitetura Africana de Paz e Segurança

AFISMA – *African-led International Support Mission to Mali*

AQMI – *Al-Qaeda* do Magrebe Islâmico

BDS – *Bloc Démocratique Sénégalais*

BM – Banco Mundial

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CFA – Comunidade Financeira Africana

CRS – Complexo Regional de Segurança

CSONU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

ECOMOG – *Economic Community of West African States Monitoring Group*

ECOWAS – *Economic Community of West African States*

EPC – Estrutura de Prevenção de Conflitos

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNPL – Frente Nacional Patriótica da Libéria

ICG – *International Crisis Group*

MINUSMA – *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*

MNLA – Movimento Nacional para Libertação do *Azawad*

MUJAO – Movimento pela Unidade e *Jihad* na África Ocidental

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RDA – *Rassemblement Démocratique Africain*

SI – *Sistema Internacional*

TWP – *True Whig Party*

UA – União Africana

UE – União Europeia

UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UNOMIL – United Nations Observer Mission in Liberia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZMOA – Zona Monetária do Oeste Africano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS 12

2.1 Conflito e Segurança 12
2.2 Perspectivas teóricas do pós-Guerra Fria 14
2.3 A teoria dos Complexos Regionais de Segurança 16

3 A ÁFRICA OCIDENTAL E SUA CONJUNTURA 20

3.1 Do período ancestral à Segunda Guerra Mundial 20
3.2 Da Segunda Guerra Mundial ao fim da Guerra Fria 26
3.2.1 Emancipação das Colônias Britânicas 27
3.2.2 Emancipação das Colônias Francesas 28
3.2.3 Emancipação das Colônias Portuguesas 29
3.2.4 Período pós independência 30

4 A SEGURANÇA NO PÓS-GUERRA FRIA 34

4.1 A formação do complexo de segurança 34
4.2 A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental 36
4.3 O papel da Comunidade nos conflitos regionais 39
4.3.1 A participação no conflito da Libéria (1989-1997) 40
4.3.2 A participação no conflito do Mali (2012-2013). 44
4.4 A evolução da Comunidade no gerenciamento de conflitos 47

5 CONCLUSÃO 50

REFERÊNCIAS 53

ANEXOS 56

1 INTRODUÇÃO

Os maiores conflitos bélicos do século XX, a Primeira Guerra Mundial (1ª GM) (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (2ª GM) (1939-1945), foram os principais eventos que despertaram a necessidade de organizar formas de relacionamento interestatal que mitigassem as controvérsias e a instabilidade global. Consequentemente, os Estados passaram a agrupar-se politicamente, formando organizações que representariam seus interesses conjuntos perante o Sistema Internacional[1] (SI) (PECEQUILO, 2004).

Durante a Guerra Fria[2] (1947-1989), enquanto o mundo refletia sobre as tensas relações internacionais e a probabilidade de um holocausto nuclear, o continente africano permanecia à margem desses debates. No entanto, à medida que os países conquistavam sua independência ao longo dos anos de 1950 a 1970, eram inseridos no SI sob a ótica bipolar vigente (PECEQUILO, 2012).

Nesse sentido, o rápido processo de descolonização centralizava o poder nas mãos das elites locais, formando Estados fracos, corruptos e subservientes. Estes novos países eram delimitados por suas antigas fronteiras coloniais e reuniam diversas etnias e tribos em um mesmo território, condições estas preponderantes para o escalonamento de conflitos (VISENTINI, 2012). Porém, em meio a esse frágil cenário, a dinâmica de blocos ideológicos, que perdurou até 1989, reduzia a propagação das contendas e limitava a interferência de organismos internacionais na região.

Contudo, com o fim da Guerra Fria essa perspectiva começou a mudar, acarretando profundas mudanças em uma África excluída dos principais fluxos políticos e

---

1 Segundo Pecequilo (2012), sistema internacional é o espaço onde ocorrem as interações sociais entre as diversas sociedades e demais atores internacionais, além das fronteiras do Estado. Tem como característica principal a anarquia, representada pela ausência de um governo ou legislação para regular estas relações, fato que contrapõe o sistema doméstico dos Estados.

2 Consequência direta da Segunda Guerra Mundial, que consolidou os Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) como potências mundiais dominantes. Suas divergências ideológicas quanto a sociedade e a ordem internacional fizeram com que o mundo fosse dividido em esferas de influência, provocando inúmeros conflitos regionais, corrida armamentista e um estado de tensão permanente sobre um possível holocausto nuclear (MINGST; TOFT, 2014)

econômicos. Nesse cenário, sob um novo contexto mundial unipolar, com tendências multipolares, houve uma rápida desestabilização local e a consequente eclosão de inúmeros conflitos internos que reivindicavam autonomia político-administrativa e reformas socioeconômicas.

Nesse diapasão, com o surgimento de influentes atores que estabeleciam diferentes graus de ameaça na região, um dos principais meios adotados pelos países da porção ocidental do continente africano, para garantir as condições mínimas de uma segurança regional sustentável, foi a expansão do alcance e das prerrogativas da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental[3] (CEDEAO ou ECOWAS, na sigla em inglês) que, além de integrar seus membros em blocos econômicos, passou a se dedicar à esfera militar.

Na busca pelo entendimento do arranjo de poderes e relacionamentos que afloravam nessas organizações, Barry Buzan (1946 -), professor da Escola de Copenhague[4], desenvolveu a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS). Assim, por meio deste fundamento, Buzan forneceu elementos de análise quanto à possibilidade de aproximação regional e o embasamento teórico para classificações de segurança.

Pelo exposto, este trabalho tem como propósito analisar, à luz do modelo teórico dos CRS, se a CEDEAO consolidou-se como instrumento eficaz na regionalização da segurança da África Ocidental, no período do pós-Guerra Fria (1989-2015), por meio de uma agenda de cooperação, de integração, de transparência e de confiança entre seus membros. Para isso, em um primeiro momento, a teoria é confrontada com a história da região e, logo após, com participação da organização nos conflitos da Libéria (1989-1996) e do Mali (2012-2013).

Diante de um cenário internacional marcado por grandes economias disputando

---

[3] Do inglês: *Economic Community of West African States.*

[4] A Escola de Copenhague realiza uma análise multissetorial da segurança, dividindo a questão em cinco setores: militar, político, econômico, ambiental e social (VISACRO, 2018).

mercados e matérias primas, este tema torna-se relevante para avaliar se uma organização regional tem a capacidade de permitir relações intrarregionais e extrarregionais autônomas, libertando Estados com menor desenvolvimento socioeconômico do jugo das grandes potências mundiais. Por isso, para alcançar tal propósito, optou-se por realizar, metodologicamente, uma pesquisa bibliográfica e documental, analisando-se os dados colhidos de forma que, a comparação destes com a teoria dos CRS, fundamentem os argumentos e deem consistência à conclusão. Desta forma, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução.

Para tanto, o segundo capítulo discorre sobre conceitos relevantes para o entendimento do argumento proposto, principalmente quanto ao arcabouço teórico dos CRS, que será contextualizado com a realidade da sub-região ocidental africana nos capítulos posteriores. No terceiro capítulo, por sua vez, serão apresentados os principais aspectos históricos e geopolíticos que influenciaram a atual conjuntura africana, tais como a Conferência de Berlim[5] (1884-1885) e o conturbado processo de emancipação após a 2ª GM, marcados pela influência de atores externos.

Já no capítulo quatro, a região será exposta no contexto de um CRS sob a visão pós-Guerra Fria de Buzan, contida no livro *Regions and Powers: the structure of International Security*, de 2003. Em seguida, são abordadas as atividades desenvolvidas pela CEDEAO, bem como suas intervenções em dois conflitos regionais distintos, aspecto de fundamental importância para a análise proposta neste trabalho.

Por fim, no capítulo cinco será concluído o estudo, enfatizando os principais pontos observados, como forma de endossar os argumentos apresentados e responder à questão formulada.

---

[5] A Conferência de Berlim ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 reunindo quatorze potências europeias e os EUA. Seus principais objetivos eram evitar conflitos, garantir acordos comerciais e, no caso exclusivo europeu, regular o Direito Internacional Colonial, consagrando como regra o princípio de "*uti possidetis jure*" do litoral africano e relegando os "direitos históricos" da população local, o que ficou conhecido como "Partilha da África".

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo versa sobre os aspectos conceituais considerados necessários para o estudo em lide. Logo, faz-se necessário, preliminarmente, definir e correlacionar os termos "conflito" e "segurança", palavras-chave na pergunta que se propõe responder, assunto da primeira seção. Por sua vez, a segunda seção expõe as diferentes perspectivas securitárias do pós-Guerra Fria, de modo que justifiquem a utilização da Teoria dos CRS, cuja natureza e aplicação serão abordadas na terceira seção. Ressalta-se, portanto, a pretensão de que a utilização desta teoria, em complemento às definições preliminares, permita o entendimento das exposições que são analisadas neste trabalho.

2.1 Conflito e Segurança

Uma definição proposta por Julien Freund (1921-1993) sobre o conflito, é de que este seria um fenômeno social que consiste no confronto proposital entre dois seres ou grupos semelhantes, que geralmente opõe-se mutuamente para adquirir, assegurar ou reestabelecer um direito, eventualmente com o uso da violência (FREUND, 1995, p. 58).

Nesse sentido, pode-se constatar que este tipo de comportamento está arraigado na natureza humana, aflorando quando ocorre uma incompatibilidade de interesses entre dois ou mais atores, com a possibilidade de escalonar de tal forma que, em situações limites, as hostilidades evoluam para um conflito armado.

Diante da permeabilidade de pessoas, mercadorias, tecnologias e ideologias entre os limites territoriais dos Estados, consequência de um mundo cada vez mais interconectado, mitigar a deflagração de conflitos, com o objetivo de garantir a soberania[6], manter a integridade de seus cidadãos e estabelecer relações comerciais duradouras, fizeram das

[6] Neste trabalho soberania deve ser entendida como "a autoridade [do Estado] para reger assuntos circunscritos às próprias fronteiras e referentes ao seu povo, à economia, à sua segurança e à sua forma de governo." (MINGST; TOFT, 2014, p. 155).

discussões sobre segurança uma preocupação mundial.

Partindo da premissa neorrealista[7] de que os Estados continuam a ser os principais atores do SI, pode-se definir segurança como a capacidade dos Estados manterem sua soberania e, em conjunto com as sociedades, conservarem sua identidade e integridade funcional, numa situação onde as fronteiras étnicas e culturais alinham-se com as políticas num esforço constante para prevenir ameaças (BUZAN, 2008, p. 12-13).

Já sob uma perspectiva centrada no ser humano, a definição de segurança é mais abrangente e difere da concepção neorrealista quanto às suas prioridades:

> […] segurança na África, deve ser considerada como a proteção das pessoas e a preservação de suas normas, regras, instituições e recursos diante de ameaças militares e não-militares. Esta última pode incluir desastres naturais, degradação ecológica e ambiental, […] pobreza, graves problemas econômicos, abusos dos direitos humanos e a erosão do regime democrático […]; É ampla o suficiente para incluir a preservação dos Estados e das estruturas, princípios e instituições em que estes Estados estão ancorados[8] (MAKINDA *et al.*, 2016, p. 5, tradução nossa).

É importante frisar que, apesar do contraste de preferências, tanto a visão neorrealista quanto a humanista de Samuel Makinda (1949 -) são, essencialmente, multissetoriais e focadas na manutenção da soberania estatal.

Ademais, de acordo com Buzan (2008, p.112), para prover segurança o Estado deve atuar em dois planos: no campo interno, ao buscar a coesão política, cultural e o poder militar, visando reduzir vulnerabilidades; e no âmbito externo, ao desenvolver suas capacidades militares para dissuadir ameaças à soberania.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que apesar de a globalização ter diminuído a relevância dos assuntos militares diante da política, economia, cultura e ambiente no que diz respeito à sua influência direta no cotidiano das pessoas e, consequentemente, nas decisões e

---

[7] Adeptos ao neorrealismo consideram que para entender a política internacional é preciso uma teoria que estruture o SI em termos de equilíbrio de poder, pois enquanto o SI for anárquico e instável [devido a falta de um equilíbrio de poder entre seus diversos atores], a guerra é inevitável (MINGST; TOFT, 2014, p. 96).

[8] Do original: […] security in África, should be regarded as the protection of people and the preservation of their norms, rules, institutions, and resources in the face of military and non-military threats. The latter may include natural disasters, ecological and environmental degradation, […] poverty, severe economic problems, human right abuses and the erosion of democratic rule […]; It is broad enough to include the preservation of States and the structures, principles, and institutions on which states are anchored (MAKINDA *et al.*, 2016, p. 5).

mudanças sociais, ainda assim o poder militar precede os demais nos estudos de segurança, pois é ele quem garantirá a integridade territorial e o pleno funcionamento do Estado.

Conforme Maslow (1987), a segurança constitui uma necessidade básica do ser humano, que emerge tão logo suas carências fisiológicas como dormir, respirar e alimentar-se são supridas, constituindo-se na primeira urgência que emerge do pensamento racional. Nessa perspectiva, compreende-se que os Estados são formados por uma coletividade e representados por seus governantes, seres humanos que, na busca pelos interesses da maioria, podem se predispor ao uso da força, especialmente ao defenderem sua sobrevivência, por meio de ações nos diversos campos dos seus respectivos poderes nacionais[9].

Assim, mediante o exposto nesta seção, denota-se que, frequentemente, as questões securitárias estarão intimamente relacionadas à possibilidade de enfrentamentos. O conflito e a busca pela segurança são inevitáveis e inseparáveis pois, além de radicados no comportamento humano, um pode ser consequência do outro.

2.2 Perspectivas teóricas do pós-Guerra Fria

Com o colapso da bipolaridade, os teóricos neorrealistas intensificaram o debate acerca do impacto dessas mudanças na segurança do SI. Para eles, era necessário identificar, sob a ótica político-militar, as alterações na hierarquia de poder mundial que, tão clara durante a Guerra Fria, obscurecia-se paulatinamente devido à aparição de novos atores que sobrepujavam o nível regional de influência, à medida que os EUA se recolhiam do seu esforço internacional (BUZAN; WAEVER, 2003, p.31).

Segundo os globalistas, preocupados com as abordagens cultural, transnacional e político-econômica internacional, o vácuo de poder criado permitiu que atores centrais do SI exercessem pressões para incorporar os Estados menos favorecidos às práticas econômicas de seu interesse, tais como aberturas comerciais e financeiras, desregulamentação e privatização

[9] Entendido como a soma de todos os recursos de que dispõe uma nação em busca de seus objetivos nacionais.

de estatais[10] (MINGST; TOFT, 2014), relativizando o conceito de soberania e diminuindo a importância das fronteiras físicas diante desse novo mercado global.

Esse fato abriu espaço para o desenvolvimento de interações regionais com o intuito de proteger-se de avanços imperialistas[11], aumentar a legitimidade e participação no cenário internacional e buscar o desenvolvimento conjunto em blocos econômicos regionais, espelhados em organizações como a União Europeia (UE)[12].

Para explicar a multiplicação dos processos de integração regional, suas especificidades e motivos, voltam à tona debates concernentes à teoria neofuncionalista[13] e o significado de regionalismo. Depreende-se, desses debates, que o regionalismo é compreendido como um esforço abrangente de cooperação entre os Estados de uma mesma região, que passam a partilhar das mesmas ambições em aprofundar o seu relacionamento, sua identidade coletiva e sua cultura deliberativa, em torno de instituições regulamentadoras a nível executivo, legislativo e judiciário (HARDERS; LEGRENZI, 2008, p.52).

Por sua vez, esse sentimento de união tem início com a regionalização, uma espécie de globalização regional, que consiste no desenvolvimento de atividades que ultrapassam os limites do Estado-Nação, porém circunscritas a uma determinada área (HARDERS; LEGRENZI, 2008, p.52-54).

De acordo com a abordagem regionalista, os problemas domésticos dos principais atores do SI no pós-Guerra Fria fizeram com que estes evitassem se envolver nas questões securitárias das regiões problemáticas do mundo, a não ser que afetassem seus interesses, deixando essas áreas à mercê de suas adversidades (BUZAN; WAEVER, 2003, p.3-7). Desse

---

10 Como exemplo, o Consenso de Washington na década de 1990 impunha uma cartilha de políticas econômicas aos países em desenvolvimento, atrelando ajuda financeira à adoção dessas práticas (MINGST; TOFT, 2014).

11 Neste trabalho considera-se a definição de imperialismo proposta por Morgenthau e Thompson (2003), como sendo toda política que visa uma alteração nas relações de poder entre duas ou mais nações.

12 Organização supranacional integracionista europeia, concebida com o intuito de manter uma união econômica e uma política externa e de defesa comuns (MINGST; TOFT, 2014).

13 Teoria criada por Ernst Haas (1924-2003) ao analisar a integração europeia, um processo onde atores políticos concordam em mudar lealdades, expectativas e atividades rumo a um objetivo comum, formando instituições que possuem ou necessitam de jurisdição sobre os Estados preexistentes (HAAS, 1961, p.366).

modo, essa dinâmica permitiu o estabelecimento de laços de confiança na área de segurança, dando início ao aprofundamento da integração regional em termos de defesa mútua e de desenvolvimento econômico e social.

Assim, após feita esta breve exposição, percebe-se que nos estudos contemporâneos de segurança a abordagem regional incorpora e complementa os conceitos das teorias neorrealista e globalista, uma vez que as interações dos níveis nacional e global, bem como a maioria das ações, ocorrem regionalmente (BUZAN; WAEVER, 2003, p.43).

Cabe ressaltar, por fim, que para permitir um diagnóstico multissetorial das interações entre unidades estatais interdependentes e o relacionamento destas com os demais atores do SI, Buzan formulou a Teoria dos CRS, que é abordada na próxima seção.

2.3 A teoria dos Complexos Regionais de Segurança

O método tradicional para a avaliação dos assuntos de segurança sob o viés da teoria dos CRS era o realista, baseado na unidade estatal e no setor político-militar, que detinha a capacidade suficiente para explicar e prever a formação de padrões regionais de segurança estáveis e longevos, bem como as condutas de intervenção externa nessas regiões (BUZAN et. al, 1998, p.2).

No entanto, as reflexões pós-Guerra Fria apontavam que o mundo se tornara mais descentralizado e regionalizado, ampliando os assuntos da agenda de segurança internacional e tornando-a multissetorial:

> […] a **segurança militar** diz respeito à interação de dois níveis das capacidades ofensivas e defensivas dos Estados, e a percepção desses Estados das intenções de cada um. A **segurança política** diz respeito à estabilidade organizacional dos Estados, sistemas de governo e as ideologias que lhes dão legitimidade. A **segurança econômica** diz respeito ao acesso aos recursos, finanças e mercados necessários para manter níveis aceitáveis de bem-estar e poder estatal. A **segurança social** diz respeito à sustentabilidade, dentro de condições aceitáveis para a evolução, dos padrões tradicionais de linguagem, identidade e costumes culturais, religiosos e nacionais. A **segurança ambiental** diz respeito à manutenção da biosfera local e planetária como o sistema de apoio essencial do qual todos os outros empreendimentos humanos dependem[14] (BUZAN, 1991, p. 19-20, grifo nosso,

[14] Do original: […] the military security concerns the two-level interplay of the armed offensive and defensive

tradução nossa).

Assim, partindo do conceito de que securitizar determinado problema setorial significaria considerá-lo uma ameaça à existência do Estado, exigindo ações emergenciais que transcenderiam o diálogo político cotidiano, o método tradicional de análise de um CRS foi atualizado, passando a defini-lo como um grupo de unidades interdependentes cujos principais processos de securitização e dessecuritização[15] são tão interligados que a análise ou resolução dos problemas de segurança não podem ser realizados de forma individualizada (BUZAN *et. al*, 1998, p. 24; BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44).

Destaca-se que, embora a teoria fosse renovada, manteve-se a premissa de que o CRS não existiria de forma independente do Estado e de suas vulnerabilidades, constituindo uma realidade social maior que a soma de suas partes, intervindo e modificando as ações e interações entre elas (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 50-51).

Desta forma, visando propiciar um exame empírico de dados, os teóricos definem uma "constelação de segurança", que compreende quatro níveis distintos: as vulnerabilidades da segurança doméstica dos Estados da região; as relações interestatais; as influências inter-regionais; e o papel das grandes potências mundiais na região. Além disso, consideram a probabilidade da existência de subcomplexos, que agrupam unidades com as mesmas características securitárias, seccionando-os dentro de uma região definida como um CRS (BUZAN; WAEVER, 2003, p.51).

Para estabelecer uma coerência e referência desses dados, as estruturas dos CRS incorporam quatro variáveis: o perímetro, que irá diferenciá-lo do complexo vizinho; a

---

capabilities of states, and states perceptions of each other's intentions. Political security concerns the organizational stability of states, systems of government and the ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources, finance and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and national identity and custom. Environmental security concerns the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend (BUZAN, 1991, p. 19-20).

15 Analogamente ao termo securitização, dessecuritizar significa retirar um problema da pauta de ameaças à existência do Estado.

estrutura anárquica, que prevê a existência de duas ou mais unidades autônomas; a polaridade, que abrange a distribuição de poder entre essas unidades; e a construção social, que engloba os padrões de amizade e inimizade entre os componentes (BUZAN; WAEVER, 2003, p.53).

Com base nas quatro variáveis, é possível distinguir os diferentes tipos de CRS presentes no mundo e analisá-los tanto de forma estática, quanto dinâmica. Esses conceitos pré-definidos permitem o pleno entendimento das duas primeiras variáveis, pois estão relacionados à delimitação de fronteiras e à soberania. No entanto, em relação às duas últimas, são necessários alguns esclarecimentos.

Quanto à polaridade, um CRS pode ser classificado como convencional ou centrado. No primeiro, a estrutura é representada pela anarquia, com a presença de duas ou mais potências regionais e a predominância de uma agenda de segurança política e militar, com relações variando entre unipolares ou multipolares. Já no tipo centrado pode-se observar três formas: unipolaridade centrada em uma superpotência, como os EUA, na América do Norte; unipolaridade centrada em uma grande potência regional, tal como a URSS, na Comunidade dos Estados Independentes[16]; ou quando a região é integrada por instituições, em vez de um único poder regional, conforme a UE (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 55-56).

Ainda nesse tópico, vale ressaltar que uma potência externa pode penetrar um CRS de tal forma que a distribuição de poder ou o balanço nas relações de segurança podem ser afetados pelo alinhamento desses atores externos com determinados Estados da região. Quando os interesses exógenos ultrapassam a mera penetração, ocorre um fenômeno classificado como “sobreposição”, um domínio tão intenso que as relações e padrões de segurança observados na região deixam de existir, resultando em um possível desdobramento de forças armadas da potência dominante no local (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 46-61), tal como o ocorrido na África colonial.

---

[16] Organização supranacional, fundada em 1991, que reúne onze Estados componentes da ex-URSS (MINGST; TOFT, 2014).

Com a intenção de manter a possibilidade de uma análise empírica, a teoria estabelece duas condições para que um CRS deixe de existir. A primeira seria o fenômeno da "sobreposição", já comentado. A segunda seria a "desestruturação", que ocorre quando os Estados locais têm pouca capacidade de projetar poder além de suas fronteiras ou quando as dinâmicas geográficas os isolam de tal maneira que dificultam ou impossibilitam a integração (BUZAN; WAEVER, 2003, p.62).

No que diz respeito à construção social, as relações de amizade e inimizade ocasionalmente podem mudar, alterando a distribuição de poder em uma região e a estrutura vigente de um CRS estabelecido, podendo apresentar as seguintes classificações: "formações conflituosas", "regimes de segurança" [onde prevalecem as relações de poder] e "comunidades de segurança" [de cunho liberal] (BUZAN; WAEVER, 2003, p.53-54).

Buzan *et. al* (1998, p.13), distinguem quatro possibilidades para avaliar essas alterações de relacionamento: a manutenção do *status quo*; a penetração de uma potência externa ao alinhar-se com um ou mais Estados; transformações internas, que não alteram os limites do CRS; e transformações externas, devido a incorporação ou exclusão de unidades.

Note-se que a proposta da teoria é definir uma lógica de projeção de poder para as questões de securitização e dessecuritização, estabelecendo uma ideia de estrutura hierárquica no SI de forma que, nas avaliações de segurança, sejam realçados tanto o papel das grandes potências no cenário global, quanto as interações regionais, elementos estes primordiais para a análise proposta por este trabalho.

Encerrada a apresentação conceitual, no capítulo seguinte pretende-se analisar o processo histórico e as implicações geopolíticas, ou seja, a "constelação de segurança", que influenciaram a atual conjuntura de interdependência securitária da África Ocidental.

3 A ÁFRICA OCIDENTAL E SUA CONJUNTURA

Para a compreensão da dinâmica conflituosa, das relações interafricanas e da importância estratégica e política da região no SI, faz-se necessário descrever seus principais processos históricos. Dessa forma, a primeira seção expõe um breve resumo das particularidades do "período ancestral" africano, passando pela chegada dos europeus e a consequente colonização do continente, com enfoque nos principais motivos que deram início aos movimentos de emancipação. Por sua vez, a seção seguinte aborda o fortalecimento do sentimento de independência após a 2º GM, enfatizando os diferentes processos de descolonização e as implicações da Guerra Fria para a região.

3.1 Do período ancestral à Segunda Guerra Mundial

A dinâmica da formação dos Estados africanos é diferente da concepção europeia, uma vez que no continente europeu havia uma alta densidade populacional e pouco território disponível. Desse modo, a consolidação do poder político nos antigos impérios pré-coloniais da África não fora baseada no controle da terra, abundante e pouco povoada, calcando-se em critérios familiares e religiosos que difundiam-se por meio de coerção e laços de amizade (SPOHR *et al.*, 2013).

De acordo com Spohr *et al.* (2013), na porção ocidental do continente, entre os rios Níger e Senegal e o deserto do Saara, três impérios se sucederam no poder como os principais centros políticos, econômicos e sociais: Gana (século IV), Mali (século XI) e Songai (século XV). Ao longo desse período, apesar de uma nação suplantar a outra a partir de disputas étnicas e exploração de falhas, as estruturas de poder existentes eram mantidas.

As principais características desses impérios eram o alcance do poder independente da unidade territorial, baseando-se em alianças, negociações, autoridade pessoal do governante e conquistas militares. Tratavam-se de monarquias hereditárias, que possuíam

um sistema tributário organizado e, apesar de multiétnicas, predominava nelas uma influência islâmica com costumes e crenças locais (MACEDO, 2013).

A partir do século XV, diante de um sistema mundial baseado nas relações comerciais oceânicas, o continente africano conectou-se aos principais fluxos econômicos e culturais internacionais. Tal conexão se deu, principalmente, por meio da rota de passagem utilizada pelo comércio de especiarias no Oriente, num processo onde suas formações políticas detinham uma parcela de poder (VISENTINI, 2010).

Constata-se que apesar da crescente presença europeia no século XV, a cultura africana possui origens seculares próprias, com costumes arraigados na sua sociedade, em face do longo período de maturação retratado pela alternância imperial, onde a ancestralidade, a família, a religião e o poder pessoal do governante eram o alicerce das relações conflituosas que determinariam a queda e a ascensão das dinastias locais.

Vale ressaltar que autores tradicionalistas consideram que na fase dos grandes impérios a África Ocidental havia atingido os objetivos de integração regional. Desse modo, esses autores buscam, nesse período, as respostas necessárias para uma região solidária, livre de contendas, conforme discorre Sall (2006) sobre a influência do antigo império do Mali:

> […] o império do Mali teve um papel fundamental na aproximação dos povos da África Ocidental, o símbolo e o prestígio que ele representa continuou presente a ponto do seu nome ser adotado pelo Sudão (Mali e Senegal). Mali realizou um modelo de integração política onde povos diversos […] reconheceram o mesmo soberano e neste espaço, os homens, os bens e as ideias circulavam livremente (SALL, 2006, p.6).

Diferente do continente Americano, de fácil infiltração natural, a fisiografia africana dificultava maiores avanços de cunho exploratório. O contorno da costa africana, retilíneo e pouco articulado, não oferecia bons portos ou abrigos adequados para as embarcações, à exceção do Golfo da Guiné. Quanto ao interior, a presença de planaltos e cordilheiras próximos às margens isolou as profundezas do continente nos primeiros séculos de presença europeia (CASTRO, 1981).

Esses fatores geopolíticos explicam a rápida e anterior colonização hispânica da América em detrimento da África, apesar de sua maior proximidade geográfica da Europa, bem como a preferência dos exploradores em iniciar os projetos de ocupação na porção ocidental do continente, devido à facilidade para atracação no Golfo da Guiné.

No século XVI, o mercantilismo português interessou-se no ouro extraído da atual região de Gana e no lucrativo comércio de escravos, passando a estabelecer entrepostos nas regiões litorâneas e a realizar acordos comerciais com as autoridades locais, por meio do escambo de armamento e outras mercadorias de origem ocidental (VISENTINI, 2010). Tinha início, assim, uma duradoura corrida europeia, ainda que superficial naquele momento, em busca das inúmeras riquezas que o continente africano podia oferecer. Além disso, as "modernas" armas europeias, cedidas às elites, alteravam a distribuição de poder na região, fomentavam a deflagração de conflitos e permitiam a obtenção de mão de obra escrava oriunda das tribos subjugadas, gerando um círculo vicioso.

Avançando ao século XVII, período de uma Europa pré-industrial, o litoral do Golfo da Guiné ganhou maior importância econômica, pois abastecia os comerciantes europeus com pimenta, ouro e marfim, materiais que os enriqueceram e financiaram o processo de industrialização europeu. A África possuía [e ainda possui] em seu subsolo grandes quantidades dos mais raros e valiosos recursos minerais explorados economicamente, tornando-se uma das principais atividades econômicas da região (VISENTINI, 2010).

Percebe-se que a partir do século XVI o fenômeno da "penetração", descrito no capítulo dois, começou a influenciar as relações interafricanas. A atuação de atores externos foi aprofundando-se à medida que novas descobertas de cunho exploratório aconteciam, evoluindo para uma "sobreposição" ao longo do século seguinte, devido à presença de forças militares estrangeiras durante o período colonial.

Apesar de Portugal monopolizar o tráfico de escravos na África Ocidental desde o

século XV, foi a partir da necessidade de trabalhadores provocada pelo extermínio dos nativos das Américas que este comércio se institucionalizou como atividade econômica essencial no modo de produção europeu, inserindo a África no SI (SPOHR *et al.*, 2013).

Quanto à escravidão, é importante entender a influência do islamismo. Conforme explica Castro (1981), a partir do século IV a cultura islâmica passou a influenciar os povos nômades do Norte da África e, por questões políticas e econômicas, ela foi se infiltrando nas demais regiões, sobretudo na porção desértica da África Ocidental.

Naquela região, havia enormes espaços despovoados, com pequenos grupos vivendo isoladamente em oásis, pontos de passagem de caravanas comerciais. Tais aglomerados sociais foram crescendo dentro de um verdadeiro mosaico étnico, com dialetos e costumes desiguais, onde a escassez de recursos contribuía para que não se desenvolvesse uma ética de reciprocidade entre eles, mesmo quando deixavam o nomadismo e se estabeleciam no local. Ao se converterem ao islamismo, esses povos declaravam guerra santa uns aos outros, escravizando os perdedores (CASTRO,1981).

Nota-se que no quesito construção social de Buzan, a diversidade cultural e religiosa no período de formação ancestral dos Estados da África Ocidental retrata o estabelecimento de padrões de inimizade tão fortes que a classificação regional, por muito tempo, se caracterizaria por inúmeras formações conflituosas, fato que seria evidenciado durante a descolonização e constituição dos Estados modernos, quando fronteiras artificiais reuniriam diversas etnias, culturas e ideologias sob um mesmo território político.

Além disso, percebe-se que a escravidão constituía uma prática do povo africano anterior à chegada do colonizador, pois era prevista no Alcorão como um meio de conversão dos povos pagãos ao islamismo, não tendo o sentimento de propriedade do ser humano, objetivos econômicos ou a intenção de privar totalmente o indivíduo de sua liberdade, conforme o modelo europeu. À medida que os escravos absorviam a cultura da tribo

dominante, poderiam eles mesmos, ou os seus filhos, reverter a sua condição social inferior, tornando-se membros da comunidade (SPOHR *et al.*, 2013).

A diáspora africana, intensificada ao longo do século XVIII, causou sérias consequências sobre aquelas sociedades. A cultura ancestral, as organizações sociais e as atividades econômicas pacíficas foram relegadas a segundo plano em detrimento do comércio negreiro, responsável por uma perda demográfica de aproximadamente 22 milhões de pessoas (SPOHR *et al.*, 2013).

As guerras sanguinárias, as execuções e os sacrifícios cruéis se multiplicaram, diminuindo o respeito à vida. Naquele período, a percepção europeia em relação ao continente africano, e seus nativos, também se alteraria: a prática de acordos comerciais com as elites locais, desenvolvida ao longo do século XV, foi substituída por intervenções armadas sob o argumento civilizatório. Tais fatos são considerados um dos principais motivos da atual situação de dependência econômica, política, cultural e psicológica africana (CASTRO,1981; SPOHR *et al.*, 2013).

No século XIX, a necessidade de matérias-primas para alimentar a crescente industrialização europeia intensificou a expansão colonial, culminando com a oficialização da Partilha da África, em 1885, durante a Conferência de Berlim. Naquela ocasião, findou o antigo pacto colonial, ficando claro que o *lebensraum*[17] europeu seria buscado fora do seu continente, provocando uma série de conflitos diplomáticos, na maioria das vezes, franco-britânicos (CASTRO, 1981), principais colonizadores da região ocidental africana.

Conforme Castro (1981), este jogo político ocorrido em Berlim resultou no estabelecimento de fronteiras artificiais esboçadas por diplomatas, esquecendo-se de contabilizar o elemento humano e geográfico. O traçado político, do litoral para o interior, refletia o estabelecimento costeiro da metrópole, fazendo com que a maioria dos Estados do

[17] Conceito desenvolvido pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), que definiu o termo “espaço vital” (ou *lebensraum* em alemão) como sendo o território necessário para estabelecer as condições naturais disponíveis para o progresso de uma dada sociedade ou povo, em detrimento dos outros (TOSTA, 1984).

oeste da África fossem compactos em tamanho.

Mediante o exposto, cabe relembrar o preceito teórico abordado no capítulo dois, que prega que Estados pequenos e fracos são incapazes de projetar poder além de suas fronteiras, ficando vulneráveis a conflitos internos provocados por poderes paralelos, como milícias e insurgências. Compreende-se, assim, que a agenda securitária desses Estados é dominada por problemas domésticos, dificultando interações regionais perenes.

O processo de dominação do continente africano perdurou até meados da 1ª GM, com a eclosão de inúmeras guerras de conquista que privavam os nativos de sua soberania, submetendo-os às bruscas transformações econômicas, fiscais e políticas atreladas à exploração predatória dos recursos naturais e demográficos. Era comum o império dominante extinguir as forças armadas locais e monopolizar as relações diplomáticas da colônia (VISENTINI, 2010).

O avanço para o interior do continente passou a exigir a especialização de nativos, fato que originou uma nova classe social burguesa. Após participar da 1ªGM, essa elite local difundiria ideais nacionalistas de um governo autônomo e soberano, onde a capacidade e o mérito pessoal deveriam ser valorizados, assim como na Europa. Esse período foi marcado por diversos congressos de movimentos pan-africanos[18], os quais defendiam os direitos civis dos nativos (CASTRO, 1981; VISENTINI, 2010).

Os grupos favoráveis à emancipação dos colonos africanos ganhariam força com a Grande Depressão, em 1929[19] – que reduziu os fluxos comerciais e financeiros mundiais, inclusive na África – e ao resultado da 2ª GM, que evidenciou o declínio europeu no cenário mundial, devido aos enormes custos humanos e à destruição de infraestruturas.

---

[18] Movimento cultural de cunho ideológico e político nascido entre descendentes de escravos no Caribe e EUA, que defendia a recuperação da identidade e da humanidade dos africanos, bem como à volta de suas raízes ancestrais (VISENTINI, 2010).

[19] A "Grande Depressão" ou Crise de 1929, foi uma crise econômica causada pelo otimismo que dominava o mercado econômico estadunidense, que teve seu ápice na quebra da bolsa de Nova York, espalhando-se pelo mundo capitalista (BRENER,1998).

3.2 Da Segunda Guerra Mundial ao fim da Guerra Fria

O apoio africano no teatro de operações da 2ª GM permitiu a superação da ideia de submissão ao domínio imperial da metrópole e os soldados que regressavam às colônias desempenhariam um importante papel nas lutas pela independência (SPOHR *et al.*, 2013).

Conforme Spohr *et al.* (2013), a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, fortaleceria ainda mais o apoio às reivindicações africanas de emancipação. As duas potências emergentes eram anticolonialistas e pregavam a igualdade de direitos civis entre os povos: de um lado os EUA, interessados em novos mercados antes monopolizados pelos europeus, de outro a ex-URSS, que ao difundir os ideais comunistas pela Europa permitia a adoção de políticas anticapitalistas mais brandas nas colônias, angariando sua simpatia e a consequente propagação ideológica.

No âmbito regional ocorreria, em 1946, o primeiro impulso de união da África Ocidental, quando Kwame Nkrumah (1909-1972) criou o Comitê Regional de Delegados, primeira formação política organizada que reunia líderes locais e regionalizava o pan-africanismo. No entanto, tal esforço falharia devido às particularidades tribais, tais como heterogeneidades étnicas, religiosas e linguísticas (CASTRO, 1981).

Mais uma vez a teoria de Buzan se reforça, pois mesmo com a decadência das relações coloniais e o início dos processos de independência, a falta de coesão na construção social africana deixaria a região sob a tutela ideológica de atores externos ao continente, num fenômeno de "sobreposição" que impossibilitava maiores interações securitárias regionais. Era o neocolonialismo na sua maior força, conforme explica Visentini (2010):

> A descolonização não conseguiu alcançar a transformação social e o desenvolvimento autocentrado. (…) ela foi apenas política e sempre pressionada pela Guerra Fria (…). A subordinação à economia mundial e aos seus ciclos persistiu, sendo acompanhada pelas pressões dos órgãos internacionais e pelas ajudas – econômica, militar etc. (VISENTINI, 2010, p. 79).

Apesar dos diferentes processos de descolonização na África Ocidental, percebe-

se que britânicos, franceses e portugueses buscavam explorar as fragilidades dos três primeiros níveis da "constelação de segurança", apresentada no capítulo anterior, com o intuito de manter um relacionamento imperialista. Deste modo, ela constitui um aspecto essencial para o entendimento de algumas das divisões internas que desafiam um projeto integracionista mais acentuado na região.

3.2.1 Emancipação das Colônias Britânicas

Localizadas na área composta pelos Estados que hoje correspondem à Guiné, Gana, Serra Leoa, Gâmbia, e Nigéria (FIG. 1), as bases do governo colonial aproveitavam-se das estruturas e tradições existentes, em uma forma de administração indireta. Dessa forma, os líderes nativos mantinham seu governo desde que recolhessem impostos e seguissem as orientações de conselhos compostos por oficiais da metrópole, que tinham como premissa preparar a colônia para um eventual autogoverno (SPOHR *et al.*, 2013).

Ao final da 2ª GM, o apoio prestado à metrópole fez com que as elites nativas demandassem por reparações, resultando na reorganização da economia colonial, na criação de indústrias e na expansão dos centros urbanos. Essas mudanças aumentaram as demandas do campo, à medida que reduziam a população rural, devido à migração para as cidades. Ademais, a consequente pressão por maiores produções de alimentos fez com que surgisse um forte sentimento anticolonialista no campo. A massa campestre, manobrada pelas elites africanas, passou a exigir do governo britânico a independência política, fato inevitável após o exemplo da Índia, importante colônia britânica que conquistou a liberdade em 1947 (FAGE *et al.*, 2008).

Apesar da transferência de poder ter ocorrido pacificamente, de forma que a perda da ascendência política não prejudicasse a influência econômica da antiga metrópole sobre as ex-colônias, a forma de administração indireta e descentralizada produziria resultados

catastróficos, conforme o exemplo da Nigéria independente, que agrupou politicamente três regiões autônomas[20] subordinadas a um governo central em Lagos (VISENTINI, 2010).

Cada uma dessas áreas possuía um desenvolvimento socioeconômico, étnico e cultural desigual, com fortes relações de inimizade que foram agravadas com o descobrimento de jazidas petrolíferas. Na contramão, essa atividade econômica seria incapaz de promover a rápida integração e o desenvolvimento nigeriano, uma vez que, agindo de forma contraditória, se tornou o estopim de inúmeros conflitos internos[21] (VISENTINI, 2010).

3.2.2 Emancipação das Colônias Francesas

Localizadas onde estão os atuais Estados de Benin, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo (FIG. 1), as colônias francesas eram organizadas politicamente em federações submetidas a uma administração direta centralizada, por meio da qual os representantes locais eram substituídos por auxiliares administrativos, os verdadeiros detentores de autoridade. De forma semelhante aos britânicos, desde a Partilha da África, a França investia nas estruturas sociais e econômicas coloniais (VISENTINI, 2010).

Conforme explanado, a situação se alteraria devido às duras consequências da 2ª GM para a Europa. No entanto, em vez de conceder uma independência paulatina às suas colônias, a intenção francesa era manter a condição de dominação e passou a aproveitar as fraquezas institucionais africanas, estabelecendo uma administração colonial firme, indivisível e indissolúvel (SPOHR *et al.*, 2013).

A luta pela autonomia criaria organizações partidárias como o *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA)[22], de cunho comunista, com líderes na Costa do Marfim e Guiné, e o *Bloc Démocratique Sénégalais* (BDS)[23], nacionalista. De um lado, o RDA defendia

[20] Ao norte *Haussa*, federal e muçulmana; ao oeste *Yoruba*, camponesa e animista; e ao leste *Ibo*, camponesa, mercadora e cristã (VISENTINI, 2010).

[21] A Guerra Civil na província nigeriana de Biafra (1967-1970), ocorrida apenas sete anos após a independência do país foi um trágico resultado da dinâmica intraestatal descentralizada (VISENTINI, 2010).

[22] Partido Democrático Africano (tradução nossa).

[23] Bloco Democrático Senegalês (tradução nossa).

a africanização e a descentralização administrativa, de outro, o BDS era a favor da continuidade das federações, alegando que a autonomia regional causaria uma balcanização[24] da África Ocidental Francesa, fato que se consolidaria após a derrota da França na Indochina em 1954[25]. Nesse cenário, mesmo com a total extinção do império francês na África Ocidental, em 1960, a ação metropolitana de aproveitar as divergências entre os partidos locais, associada às disparidades no desenvolvimento de cada região, fizeram com que os objetivos de uma África Francófona unificada fossem frustrados (VISENTINI, 2010).

Consequentemente, a França assinou contratos de defesa e assistência com Costa do Marfim, Togo e Burquina Faso, permitindo o estabelecimento de bases militares e tropas que interviriam na prevenção de revoltas e golpes de Estado, garantindo a continuidade do acesso às riquezas e ao controle político das suas ex-colônias na África Ocidental (ADEBAJO, 2012).

Dessa maneira, a ex-metrópole passaria a definir o rumo dos países francófonos da região, por meio da moeda, da língua em comum e do apoio a governos despóticos, que subordinavam-se aos interesses neocoloniais, impedindo a formação de Estados legítimos.

3.2.3 Emancipação das Colônias Portuguesas

Apesar de Portugal já não possuir a mesma proeminência do século XVI, no contexto internacional, quando reinava as práticas mercantilistas das grandes navegações, conforme Spohr *et al.* (2013), o fato de não ter participado da 2ªGM permitiu aos portugueses manter um forte controle das suas possessões, atuais Estados de Cabo Verde e Guiné-Bissau (FIG. 1).

Durante a Guerra Fria, sob o pretexto de combater o comunismo, os movimentos

---

[24] Expressão que traduz a divisão de uma entidade política em unidades menores e, geralmente, hostis entre si. Teóricos africanos alegam ter sido a principal ferramenta das metrópoles em conservar sua dominação neocolonialista (BOBBIO *et al.*, 1998).

[25] A Indochina é uma região do sudeste asiático que abrigava colônias da França (VISENTINI, 2010).

nacionalistas eram massacrados e a centralização do poder intensificada. A amplitude das práticas coercitivas permitia a adoção do trabalho forçado em plena década de 1960. As terras africanas eram desapropriadas para abrigar o excedente populacional português, que buscava impor sua cultura e reforçar as relações de submissão na região (SPOHR *et al.*, 2013).

A situação de subdesenvolvimento colonial perdurou até meados dos anos de 1960, refletindo as condições socioeconômicas da metrópole e provocando a eclosão de conflitos intraestatais. A partir de 1964, Portugal passou a permitir que capital externo alavancasse os setores estratégicos de suas colônias [como a mineração]. A influência externa intensificou os movimentos de libertação, combatidos ferozmente pelos portugueses. A luta armada foi comum nos processos de independência das colônias lusitanas, que só viriam a conquistá-la em 1975, devido ao desgaste econômico e militar imposto à metrópole (SPOHR *et al.*, 2013; FAGE *et al.*, 2008).

Após a emancipação, as vulnerabilidades geográficas e socioeconômicas de Cabo Verde resultaram na instalação de um governo autocrático comum com a Guiné-Bissau, que objetivava constituir uma única unidade estatal. No entanto, as divergências causadas pelos diferentes níveis de subdesenvolvimento e pelas aspirações quanto à representatividade política, provocaram um golpe de estado e a consequente separação, em 1980 (SPOHR *et al.*, 2013).

Percebe-se que apesar de um esforço inicial integracionista, as fragilidades geográficas – traduzidas pelas pequenas dimensões territoriais dos novos Estados – econômicas e sociais, que privilegiavam uma elite étnica no poder, promoveram a "desestruturação" da segurança regional naquele momento, inibindo a formação de um CRS.

3.2.4 Período pós independência

Com a conclusão dos processos de independência, a porção ocidental do

continente africano passou a abrigar os Estados de Benim, Burquina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (FIG. 1).

Contudo, apesar da libertação política, a continuidade da "penetração" das antigas metrópoles nos assuntos africanos permitiria a perpetuação da condição de submissão econômica e cultural da África Ocidental, com diversos efeitos negativos. Essa situação se manifestava, por exemplo, sob a dependência cultural que pôde ser observada pela crescente europeização das elites, que passaram a adotar o idioma dos antigos senhores como o oficial, para os assuntos do Estado, marginalizando a maioria da população dos processos políticos em desenvolvimento. A ancestralidade africana era vista como um retrocesso na busca por ascensão – fato que, mais uma vez, comprova a continuidade da "penetração" europeia no período pós-colonial (CHAZAN *et al.*, 1999).

Ademais, a manutenção das fronteiras coloniais pelos países independentes facilitava o subjugo africano, pois a busca pelo desenvolvimento autônomo era prejudicada pela diversidade étnica, linguística, social e religiosa. A falta de uma identidade nacional agregadora, aliada aos impasses orquestrados pela manipulação dessas diferenças, resultaria em inúmeros conflitos internos associados à defesa de grupos étnicos privilegiados e às disputas territoriais por recursos (THOMSON, 2010; M'BOKOLO, 2011).

A Guerra Fria fez com que se extinguisse o pluralismo partidário, promovendo o alinhamento ideológico a cada uma das potências hegemônicas. Internamente, a centralização governamental era uma característica comum desses governos, independente do enquadramento político. A elite privilegiada mantinha-se no poder por meio de práticas como a corrupção e o clientelismo, provocando o descontentamento da população e reduzindo a legitimidade de seus governos (THOMSON, 2010).

Ainda conforme Thomson (2010), o fracasso institucional provocou golpes

militares entre 1952 e 1990, derrubando os regimes civis em 60% dos países africanos. No entanto, os militares adotavam as mesmas práticas dos governos civis, constituindo-se em verdadeiros regimes fantoches que juravam lealdade a um determinado bloco ideológico, em troca de apoio bélico ou econômico, diminuindo a esperança da população por melhores dias.

Tal cenário de deterioração política seria agravado pelas crises econômicas do petróleo[26], em 1973 e 1979, da dívida externa em 1980[27] e da revolução científico-tecnológica, que derrubaram os preços dos produtos primários, base da economia africana. Desse modo, a recessão e o processo de reestruturação da economia capitalista mundial promoveriam a extinção das posturas reformistas e assistencialistas, fazendo com que os Estados do oeste africano recorressem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), que impuseram severas medidas econômicas e fiscais em troca do socorro financeiro (THOMSON, 2010).

Vale ressaltar que, apesar de a teoria regionalista pregar que a proximidade geográfica de Estados autônomos permita uma complementaridade econômica e a integração em prol do desenvolvimento conjunto, as políticas e os programas impostos pelo FMI e BM, aliados aos governos clientelistas, não permitiram que os países da África Ocidental aproveitassem esse fator geopolítico favorável à constituição de um CRS, naquele momento.

Portanto, devido ao contexto recessivo, a desgastada economia africana sucumbiria: o aumento no preço dos gêneros alimentícios provocou uma fome endêmica; a urbanização caótica causou o retrocesso sanitário; a falência da saúde pública permitiu o surgimento de epidemias letais. O decorrente enfraquecimento político faria com que os governos calcassem seus discursos nas questões étnicas e religiosas, gerando as guerras de milícias em prol da sobrevivência e da exploração de recursos (VISENTINI, 2010).

---

[26] Em 1973, a crise foi provocada pelos Estados produtores do Oriente Médio, ao reduzirem a produção e aumentarem o preço dos barris de petróleo, revelando a dependência mundial deste insumo. Apesar das tentativas para superá-la, a crise foi agravada, em 1979, durante uma revolução que estabeleceria uma teocracia islâmica antiocidental no Irã, um dos maiores gigantes petrolíferos (VENN, 2002).

[27] Crise provocada pelo aumento das taxas de juros nos EUA e pela globalização financeira (VISENTINI, 2010).

Conforme visto, diversos fatores favoreciam a eclosão de sucessivos conflitos violentos na região, causa principal de uma intensa emigração em busca de segurança e melhores condições de vida. Aos poucos, as questões securitárias de um país influenciavam a vida cotidiana dos seus vizinhos, prelúdio para a formação de um CRS na África Ocidental.

4 A SEGURANÇA NO PÓS-GUERRA FRIA

Este capítulo enfatiza a conjuntura de segurança da região estruturada no período do pós-Guerra Fria, de acordo com os aspectos teóricos abordados no capítulo dois. Desta forma, a primeira seção apresentará a formação do complexo de segurança, assinalando as fragilidades e dinâmicas que permitiram a classificação regional adotada por Buzan e Waever em 2003.

Na segunda seção é exposta a estrutura do projeto de integração econômica iniciado em 1975, bem como sua evolução em decorrência das particularidades regionais e do fim da bipolaridade que ditou as regras até 1989. Por fim, a terceira seção explana a participação da CEDEAO nos conflitos da Libéria (1989-1996) e do Mali (2012-2013), com o objetivo de avaliar os primeiros passos do órgão na resolução de conflitos regionais e identificar as mudanças entre os dois eventos.

4.1 A formação do complexo de segurança

O processo conturbado de emancipação africana permitiu a constituição de regimes desinteressados em fortalecer a unidade estatal. Segundo Buzan e Weaver (2003, p. 219), isso foi o estopim para que os 40 anos de independência da África (1960-2000) fossem assolados por guerras, fomes, exploração ambiental desenfreada e políticas duvidosas.

Com o fim da Guerra Fria, a ex-URSS abandonaria o apoio às guerras revolucionárias de esquerda, os EUA deixariam de sustentar os países africanos e a Europa preocupar-se-ia em expandir sua Comunidade Econômica para o leste europeu (VISENTINI, 2010), marginalizando o continente africano.

Foi esse abandono da África Ocidental que permitiu o desenvolvimento de mecanismos para resolução de problemas no âmbito regional. Os líderes africanos apostaram na integração como a única possibilidade de enfrentar e vencer os desafios herdados do seu

processo histórico e passaram a constituir organizações baseadas na cooperação pan-africana, buscando o progresso conjunto e a consequente realocação da sua importância em prol de uma participação efetiva e honrosa na geopolítica internacional (CEDEAO, 2015).

A descoberta de petróleo na região do Delta do rio Níger, na década de 1950, havia colocado a Nigéria em uma posição privilegiada no cenário geopolítico mundial e, após a crise de 1973, o produto passou a ser o alicerce da economia nigeriana, enriquecendo o país e despertando o interesse de potências como os EUA (LE BILLON, 2005).

De forma dicotômica, países extremamente dependentes de riquezas naturais tendem a ter indicadores sociais baixos e seus governos são propensos à corrupção, à ineficácia e ao autoritarismo, condições que os colocam entre aqueles mais conflituosos. Este quadro tende a inibir o desenvolvimento de outras infraestruturas economicamente viáveis, aprofundando um traço de subdesenvolvimento econômico (LE BILLON, 2005).

De acordo com a teoria apresentada no capítulo dois, um CRS desestruturado é aquele composto por Estados incapazes de projetar poder além de suas fronteiras. No entanto, o petróleo permitiu que a Nigéria se tornasse um grande ator regional, apesar das características conflituosas inerentes aos Estados dependentes de recursos exploratórios e da "penetração" de potências externas, que dificultam a consolidação da sua hegemonia.

A riqueza nigeriana alavancou o país para uma posição central nos assuntos de segurança regional. Seus esforços integracionistas resultariam na formação da CEDEAO, consequência de uma dinâmica securitária regional unipolar que permitiu a constituição de um pré-complexo de segurança (BUZAN; WEAVER, 2003, p.239).

Conforme a classificação teórica, o continente africano possuía um CRS composto pelos Estados da África do Sul e dois proto-complexos[28]: África Ocidental e Chifre da África. Além da distribuição de poder unipolar centralizada na Nigéria, o proto-complexo ocidental

[28] Um proto-complexo é definido como uma região com interdependência securitária suficiente para diferenciar-se das demais geograficamente, porém com dinâmicas fracas, ainda em formação (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 64)

foi classificado como um “regime de segurança” – no que tange aos padrões de amizade e inimizade – tendo em vista a baixa incidência de guerras interestatais na região, ao longo do século XX (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 239).

Apesar do proto-complexo ocidental ter se formado quando a CEDEAO incluiu em sua agenda, em 1978[29], os assuntos político-militares de seus membros, os embates étnicos e religiosos ocorridos na Nigéria ameaçavam a estabilidade da região, nos anos de 1990, impedindo a formação de um CRS consistente (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 240).

Dessa forma, com o intuito de verificar se houve um progresso na caracterização da estrutura do complexo regional e compreender os motivos da expansão da CEDEAO – que nascera com objetivos centrados na cooperação econômica sub-regional e evoluiria para uma entidade preocupada em promover a regionalização da segurança – é importante que se faça uma análise das experiências vivenciadas naquele órgão, desde a sua constituição.

4.2 A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

A CEDEAO é uma organização supranacional sediada em Abuja, Nigéria, que reúne os Estados da África Ocidental com a exceção da Mauritânia, que se retirou em 1999[30]. Criada em maio de 1975, com a assinatura do Tratado de Lagos, foi originalmente apresentada como uma iniciativa econômica voltada para a criação de uma moeda única e de um mercado comum africano (CEDEAO, 2015).

No que tange à integração econômica, a Comunidade divide-se em duas iniciativas: a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) – criada em 1994 e formada pela Guiné-Bissau[31] e pelos países de colonização francesa, que partilham uma moeda comum denominada Franco da Comunidade Financeira Africana[32] (CFA) – e a Zona

[29] Em 1978, foi assinado um Protocolo de Não Agressão; em 1980, foi firmado um Protocolo de Assistência Mútua; e, em 1990, foi criado um Comitê Permanente de Mediação (BUZAN; WEAVER, 2003, p. 239).

[30] A Mauritânia se opunha à possibilidade de uma moeda única entre os países-membros (VISENTINI, 2012).

[31] Incorporada em 1997, foi o único país que cumpriu pré requisitos como o abandono de sua moeda, liberalização econômica e abertura do mercado para participar da UEMOA (FERNANDES, 2009).

[32] Do francês: *Communauté Financière d'Afrique*.

Monetária do Oeste Africano (ZMOA), concebida nos anos 2000 pelas antigas possessões britânicas[33], com o objetivo de criar uma segunda moeda comum dentro do bloco e equipará-la à moeda da UEMOA.

Consta no relatório anual da CEDEAO, publicado em 2015, que a união monetária se concretizará em 2020, com a criação de um Banco Central e a circulação de uma moeda única, 45 anos após a fundação da Comunidade. Esse período de maturação ressalta a fragilidade da cooperação intrabloco em prol de um objetivo de longo prazo, bem como a influência de atores externos (CEDEAO, 2015).

Além dos problemas financeiros, de gestão e de liderança identificados na evolução histórica da região, a herança colonial faz com que os processos de integração divirjam quanto à orientação política e às estruturas administrativas. Nesse sentido, é assinalada a necessidade preliminar de estabelecer uma integração social, política e cultural.

De acordo com Visentini (2012), existe uma rivalidade entre a UE, representada pela França e sua ascendência neocolonialista sobre os países da UEMOA, e a Nigéria, que ao assumir o papel de potência regional busca neutralizar essa influência imperialista e substituir o Franco CFA.

Embora os objetivos de integração monetária pareçam infrutíferos ao longo dos anos, pode-se inferir que a simples coexistência pacífica dessas duas organizações, no seio da CEDEAO, demostra um claro sinal de aproximação entre os blocos anglófono e francófono, o que permite, ainda, a redução do número de moedas na região para quatro[34], facilitando o processo de integração regional.

Quanto à criação de um mercado comum, a análise dos valores movimentados pelo comércio intrarregional e pelas exportações (TAB. 1, ANEXO B) possibilita valiosas considerações sobre o impacto da integração no progresso econômico e social da região. O

[33] A Guiné, ex-colônia francesa, faz parte desse bloco pois foi expulsa da comunidade franco-africana (FERNANDES, 2009).

[34] Libéria e Cabo Verde não fazem parte de nenhuma das zonas econômicas (FERNANDES, 2009).

crescimento verificado entre os anos de 1970 e 1980 revela o sucesso da Comunidade em promover a liberalização comercial entre os seus membros. Em 2001, o incremento observado deveu-se à marginalização do continente africano e à consequente necessidade de incorporar produtos manufaturados ao comércio local, fato que proporcionou maior autonomia à organização.

Apesar dos indicadores terem melhorado até 2013, sinalizando o estabelecimento de uma complementaridade econômica, os baixos percentuais do comércio interno sobre as exportações mostram a baixa contribuição da Nigéria – que representa 75% do total de produção do bloco – no comércio local. Este fato pode ser atribuído à dependência nigeriana do comércio com atores extrarregionais, impedindo a intensificação da participação deste país nas transações intrabloco (CEDEAO, 2015, p. 126).

Face ao exposto, constata-se que a CEDEAO vem cumprindo, mesmo que lentamente, seus objetivos no campo econômico, fator positivo para a redução da violência provocada pela exploração irregular de *commodities* e de outras riquezas naturais entre países vizinhos. Cabe observar, no entanto, que tal sucesso fica restrito ao nível institucional, uma vez que é comum a presença de facções que promovem uma economia informal na região, inclusive com a proliferação de armas ilegais.

Apesar do tratado original não incluir questões militares, os graves problemas de segurança afetavam diretamente a integração econômica, colocando em evidência a necessidade premente de garantir a estabilidade regional, abalada pela intensificação dos conflitos pós-Guerra Fria (VISENTINI, 2012).

Por conseguinte, os transtornos securitários levariam à revisão do tratado em 1993, resultando na expansão do escopo e dos poderes da CEDEAO, que passou a prever e normatizar a cooperação política, cultural e a segurança regional, por meio do estabelecimento de um Parlamento, de um Conselho Econômico e Social e de uma nova Corte

de Justiça. Estes órgãos visavam assegurar a execução das decisões da Comunidade e garantir um maior compromisso, dos diferentes atores envolvidos, com a integração regional (CEDEAO, 2015).

Segundo o relatório da Organização Não Governamental (ONG) *International Crisis Group* (ICG), publicado em 2016, a CEDEAO tem sido o órgão africano mais procurado para resolver os problemas de paz e segurança da região nos últimos 25 anos, reagindo de forma sistemática e alcançando resultados políticos e diplomáticos satisfatórios.

Dessa forma, com o intuito de avaliar se as experiências adquiridas foram suficientes para consolidar a Comunidade como órgão capaz de gerenciar os conflitos regionais, requisito fundamental para o estabelecimento de um CRS, passamos a abordar a participação da CEDEAO no campo militar.

4.3 O papel da Comunidade nos conflitos regionais

A região abrangida pela Comunidade sofreu mais de 40 golpes desde a independência de seus Estados[35]. Além disso, confrontou crises mais complexas, provocadas por rebeliões baseadas na busca pela identidade étnica e cultural, terrorismo, tráfico de drogas, armas e pessoas, pirataria e pobreza extrema (ICG, 2016).

No que diz respeito à segurança, a Guerra Civil da Libéria motivou os líderes da CEDEAO a assinarem um protocolo[36] que estabelecia os mecanismos para prevenção, gestão e resolução de conflitos. Este instrumento foi aperfeiçoado ao longo do tempo, permitindo a contenção das recentes crises no Mali (CEDEAO, 2015).

Assim, espera-se que a análise de ambos os conflitos, nas próximas subseções, permita a correta compreensão da evolução da Comunidade em assuntos securitários.

---

[35] Apenas Cabo Verde e Senegal estão imunes a este tipo de violência (ICG, 2016).

[36] O Protocolo A/P1/12/99, foi assinado em Lomé (Togo) em 10 de dezembro de 1999. Em 2001 ele foi estendido para tratar de assuntos relativos ao estabelecimento da democracia e governança, passando a atuar em crises provocadas durante os processos eleitorais dos Estados-membros da CEDEAO (CEDEAO, 2015).

4.3.1 A participação no conflito da Libéria (1989-1997)

A Libéria é a República mais antiga da África, fundada em 1847 por colonos provenientes do continente Americano que estabeleceram um corrupto e nepótico sistema de governo, subjugando as outras 16 tribos locais[37] por meio do Partido Libertino da Libéria[38] (TWP, na sigla em inglês), um partido político que passou a controlar todo o aparato estatal (ADEBAJO, 2002a).

Conforme Adebajo (2002a), as crises econômicas dos anos 1970 e 1980 provocaram um aumento nas disparidades socioeconômicas, motivando o surgimento de grupos políticos opositores ao governo. Em 1980, durante manifestações eleitorais, o TWP solicitou ajuda militar à Guiné para prender os líderes opositores, visando perpetuar-se no poder. A presença estrangeira provocou o descontentamento dos militares liberianos, sendo o estopim do golpe que acabou com a hegemonia daquele partido.

Apesar de não estarem inseridos nas relações neocolonialistas europeias, os conflitos da Libéria também podem ser associados à formação do Estado independente, conforme as ex-colônias da Europa na África Ocidental. A divisão entre nativos e colonos semeou as divergências étnicas, as elites predatórias no poder, o sistema político corrupto e as disparidades econômicas que levaram aos anos de guerras civis.

No contexto da Guerra Fria, a queda do TWP propiciou que a Líbia socialista de Muammar Gaddafi (1942-2011) fosse o primeiro Estado a reconhecer a legitimidade do novo governo, apoiando-o financeiramente. Os EUA não quereriam associar-se ao golpe militar e à violência do novo governo liberiano, porém, a amizade com Gaddafi fez com que os estadunidenses mudassem sua estratégia, aproximando-se da Libéria e fechando a embaixada da Líbia neste país. Enfurecido, Gaddafi passou a financiar e a treinar militarmente

---

[37] Os grupos étnicos são: *Bassa, Belle, Dei, Gband, Gio, Gola, Grebo, Kissi, Kpelle, Krahn, Kru, Loma, Mandingo, Mano, Mende* e *Vai* (ADEBAJO, 2002a).

[38] Do inglês: *True Whig Party*

dissidentes liberianos baseados em Estados vizinhos (DUNN, 2009).

O abandono da África criaria as condições para o início de uma guerra civil sangrenta. Conforme Dunn (2009), um grupo intitulado Frente Nacional Patriótica da Libéria (FNPL) partiu da Costa do Marfim e invadiu o condado liberiano de Nimba, em dezembro de 1989. Liderados por Charles Taylor (1948 -), tinham o objetivo de depor o governo vigente.

Ao final de maio 1990, reunidos em Banjul, Gâmbia, os Chefes de Estado da CEDEAO formaram um comitê permanente para criar um mecanismo que resolvesse as disputas regionais e buscasse uma solução para a crise na Libéria, onde forças governamentais e invasoras engajavam-se em áreas densamente povoadas, assassinando civis, promovendo estupros, recrutando crianças, saqueando cidades e interrompendo o fornecimento de alimentos e remédios à população (ADEBAJO, 2002a; ICG, 2016).

Apesar dos Estados francófonos, liderados pela Costa do Marfim e Burquina Faso, apoiarem Taylor – se opondo oficialmente à interferência no conflito e fornecendo secretamente armas aos rebeldes – a Nigéria via a guerra civil como uma ameaça à estabilidade econômica e militar da região, pois acreditava que dissidentes treinados na Líbia pudessem iniciar rebeliões idênticas, caso o FNPL obtivesse sucesso na Libéria. A percepção nigeriana foi fundamental para a formação e financiamento das tropas interventoras, reunidas sob o seu comando (ADEBAJO, 2002b; ICG, 2016).

Em menos de um ano, o governo, sitiado na capital Monróvia, solicitaria à CEDEAO o envio de uma força de paz, com o intuito de evitar o aumento da violência e assegurar um ambiente pacífico de transição política. Assim, foi criado o Grupo de Monitoramento da CEDEAO[39] (ECOMOG, na sigla em inglês), o braço armado da Comunidade (FRANCIS, 2017; CEDEAO, 2015).

O primeiro mandato do ECOMOG foi enquadrado no espírito tradicional da

[39] Do inglês: *Economic Community of West African States Monitoring Group.*

manutenção da paz[40], tendo como objetivo principal garantir o cumprimento dos acordos de paz e cessar-fogo. Contudo, a necessidade de intervenção política, após o assassinato do presidente liberiano, e a ausência uma força policial efetiva revelaram uma lacuna entre o mandato e as necessidades reais da situação. O ECOMOG envolveu-se no campo político, ao estabelecer um governo nacional interino e implementar eleições multipartidárias; promoveu a segurança, ao reconstruir as forças militares e policiais liberianas; e atuou no campo humanitário, apoiando a saúde, a construção civil e a salvaguarda de suprimentos (ADEBAJO, 2002a; FRANCIS, 2017).

Em 1992, as novas atribuições do ECOMOG, aliadas às preocupações sobre a conduta e a neutralidade dos atores regionais – que apoiavam movimentos rebeldes – provocaram a intervenção extrarregional, com o envio da Missão das Nações Unidas na Libéria[41] (UNOMIL, na sigla em inglês) à região (FRANCIS, 2017).

Após anos de embates violentos, as forças repeliram com sucesso a invasão da FNPL e, após quinze acordos de cessar-fogo mediados pela Comunidade, foi realizada uma eleição multipartidária, sob a supervisão do ECOMOG e da UNOMIL. No entanto, a ineficácia do processo eleitoral levou Charles Taylor à presidência, em 1997, marcando o encerramento da guerra civil (FRANCIS, 2017).

Destarte as ações empreendidas pela Comunidade, pode-se concluir que os fatores responsáveis pelo fim do conflito foram a fadiga da guerra, o apoio de forças estrangeiras e a qualidade da liderança nigeriana. A Libéria continuou a enfrentar desafios sociais e econômicos significativos, como resultado dos anos de violência e destruição. Além disso, as principais causas das contendas em torno da terra e da identidade étnica não foram resolvidas, embora ficassem menos ativas devido ao fortalecimento das instituições nacionais.

---

[40] Neste caso, uma força militar é implantada de forma neutra entre dois ou mais atores em oposição, agindo como um mecanismo para construção de confiança, prevenção da escalada da crise e a consequente eclosão de outro conflito (FRANCIS, 2017).

[41] Do inglês: *United Nations Observer Mission in Libéria.*

O aprendizado da CEDEAO no campo da segurança ocorreu de forma árdua. Em vez de realizar uma operação clássica de manutenção da paz após um acordo, a Comunidade envolveu-se no conflito por quase uma década, ao preço de vidas humanas[42] e de esforço financeiro, demonstrando uma notável perseverança do ECOMOG.

Dentre as lições aprendidas, destaca-se a assinatura, em 1999, do documento que representa a constituição da Comunidade em questões de segurança: o Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança – o "Mecanismo" – institucionalizando as experiências adquiridas no conflito da Libéria e reconhecendo que o desenvolvimento e a integração regional só poderiam ser alcançados quando reinasse a estabilidade política, a paz e a segurança entre os Estados-membros. O "Mecanismo" foi considerado a primeira tentativa de uma organização regional africana em formalizar a prevenção e o gerenciamento coletivo de conflitos[43] (ICG, 2016).

Desde a implantação inicial do ECOMOG na Libéria, a CEDEAO interveio com sucesso em outras crises e o Grupo de Monitoramento foi institucionalizado como a Força de Alerta da Comunidade no âmbito da Arquitetura Africana de Paz e Segurança[44] (AAPS, ou APSA na sigla em inglês) da União Africana (UA), onde os Estados-membros disponibilizam unidades militares, policiais e civis para serem implantadas em missões conjuntas autorizadas pela Comunidade (BAH, 2005;ICG, 2016).

Outro marco importante foi a criação de uma Estrutura de Prevenção de Conflitos (EPC), em 2008, com o objetivo de impedir potenciais enfrentamentos na região, adotando medidas de governança, educação de jovens e iniciativas transfronteiriças (CEDEAO, 2016).

De acordo com Bah (2005), a CEDEAO tornou-se uma parceira inestimável da UA e, por extensão, da ONU na promoção da paz e segurança na sub-região. Um exemplo de

---

42 Acordo estimativas, a ECOMOG perdeu cerca de mil soldados, principalmente nigerianos (ADEBAJO, 2002a)

43 O artigo número 25 do "Mecanismo" permite a intervenção militar em casos de agressão armada, violação dos direitos humanos e atentados contra a democracia (ICG, 2016).

44 Do inglês: *African Peace and Security Architecture.*

tal colaboração foi a Missão Internacional Africana de Apoio ao Mali[45] (AFISMA, na sigla em inglês), copatrocinada pela UA e pela CEDEAO.

4.3.2 A participação no conflito do Mali (2012-2013).

A natureza da violência na África Ocidental mudou significativamente desde o conflito na Libéria. Eventos de grande escala como as guerras civis perderam a intensidade e foram substituídos por uma nova geração de ameaças (MARC *et al.*, 2015).

Localizada na região do Sahel africano[46] (FIG. 2), a República do Mali é uma ex-colônia francesa considerada uma das nações mais pobres do mundo. Sua história remonta às disputas interétnicas que formaram os impérios ancestrais africanos, tendo sido povoada por cerca de cinco etnias distintas[47], fato que demanda muito empenho político para apaziguar as diferenças culturais existentes (SPHOR *et al.*, 2013).

Após a independência, em 1960, o presidente Modibo Keita (1915-1977) buscou modernizar o país, passando a adotar uma postura contrária ao nomadismo, principal característica tuaregue, rotulando-o como prejudicial ao desenvolvimento. Essa marginalização despertaria o sonho de criar um Estado autônomo na região do *Azawad*[48], causando rebeliões nos anos de 1962, 1990-1996 e 2006-2009 (BENJAMINSEN, 2008).

As reivindicações tuaregues giravam em torno da alocação de recursos para o desenvolvimento do *Azawad*, a integração da etnia em órgãos públicos e a concessão de autonomia regional para gerir as questões locais segundo suas tradições e costumes. Essas revoltas eram seladas com acordos que não eram cumpridos, provocando novos surtos de violência (DUARTE, 2013).

---

45 Do inglês: *African-led International Support Mission to Mali.*

46 O Sahel é uma faixa de região semiárida no Oeste e Centro-Norte da África, que forma uma zona de transição entre o deserto árido do Saara ao norte e o cinturão de savanas úmidas ao sul, estendendo-se do Oceano Atlântico, a oeste, ao Mar Vermelho, a leste.

47 São elas: Mande (50%), Fulbe (17%), Voltaicos (12%), Songai (6%), e Tuaregues (10%) (SPHOR *et al.*, 2013).

48 Área do deserto do Saara e da zona do Sahel compreendendo as cidades malinesas de Timbuktu, Kidal, e Gao (FIG. 2) (SPHOR *et al.*, 2013).

Em 2011, após o colapso da ditadura de Gadaffi na Líbia, combatentes tuaregues aliados ao governo líbio retornaram ao Mali, aumentando o fluxo de armas e recrudescendo a violência na região do Sahel. Este fato desestabilizou o governo, que foi deposto por uma junta militar em 2012 (MINGST; TOFT, 2014; SPHOR *et al.*, 2013).

Aproveitando-se da instabilidade política, um grupo denominado Movimento Nacional para a Libertação do *Azawad* (MNLA) ocupou a região e declarou independência. Para se fortalecer, o MNLA aliou-se a grupos islâmicos terroristas, tais como o *Al Qaeda* do Magrebe[49] Islâmico (AQMI), o Movimento pela Unidade e *Jihad* na África Ocidental (MUJAO), que recebiam ajuda do Estado do Catar, e o *Ansar Dine*[50], de etnia tuaregue argelina. Esses grupos passaram a exigir a implementação da lei xaria[51] nos locais ocupados, dificultando a resolução do conflito, propagando a violência e provocando o deslocamento de mais de meio milhão de pessoas (DUARTE, 2013; SPHOR *et al.*, 2013).

Conforme Marc *et al.* (2015), grupos terroristas como o AQMI exploram a fragilidade estatal para desenvolver práticas ilícitas, aproveitando a porosidade das fronteiras do Sahel para alcançar o mercado europeu por meio do Norte da África. Nesse sentido, o interesse específico deste grupo no Mali era financiar uma autocracia corrupta, que aceitasse a prática de crimes transnacionais, motivo pelo qual associou-se ao *Ansar Dine*.

Desde 2011, a lentidão dos preparativos para as eleições e a deterioração securitária ao norte começaram a preocupar a CEDEAO. A EPC havia detectado tanto a possibilidade do golpe pela junta, quanto a declaração de independência do *Azawad* feita pelo MNLA. No entanto, os avisos não surtiram efeito, pois o governo malinês não compartilhou das mesmas análises e não reagiu às mensagens da Comunidade (ICG, 2016).

---

[49] Região do Noroeste da África que reúne os Estados de Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia (SPHOR *et al.*, 2013).

[50] Grupo armado tuaregue que, apesar de não buscar a independência política, prega um extremismo religioso e a implantação de uma teocracia no Mali (DUARTE, 2013).

[51] Xaria é o nome que se dá ao direito islâmico. Ao contrário da maioria das sociedades ocidentais, não há separação entre a religião e o direito, todas as leis são fundamentadas na religião e baseadas nas escrituras sagradas e nas opiniões de líderes religiosos.

Com relação ao golpe militar, a CEDEAO aplicou sanções políticas e econômicas que vigorariam enquanto a junta permanecesse no poder. Essas medidas incluíam o fechamento das fronteiras dos Estados-membros com o Mali [dependente dos portos vizinhos], o congelamento das suas contas no Banco Central e a prontidão de uma força militar conjunta. Semanas depois, a transição governamental foi um sucesso (ICG, 2016).

Enquanto o governo era reestabelecido na capital Bamaco (FIG. 1), os extremistas AQMI e MUJAO expulsaram o MNLA do *Azawad*, tomando as cidades e impondo a xaria à população. Aproveitando-se da situação, a CEDEAO negociou a paz com o MNLA e o *Ansar Dine*, que se retiraram do conflito (MARC *et al.*, 2015).

Em dezembro daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU (CSONU) autorizaria a AFISMA, sob a liderança da CEDEAO, que ficaria responsável pelo diálogo com os rebeldes e pelo processo eleitoral no ano seguinte. No entanto, no início janeiro de 2013, ao temer um ataque à capital malinesa após a tomada da cidade de Konna – a 600 km de Bamaco – pelos grupos terroristas, o presidente interino Dioncounda Traoré (1942 -) solicitou ao CSONU a intervenção internacional no Mali (CSONU, 2013).

A França iniciou, assim, a Operação Serval, apenas um dia após a autorização do CSONU, com o objetivo declarado de defender Bamaco, de combater o terrorismo e de preparar o terreno para as forças regionais da AFISMA, sob o comando conjunto da Nigéria e do Niger. Embora previstas para setembro de 2013, as forças regionais foram prontificadas em meados de janeiro daquele ano, revelando um enorme esforço da CEDEAO, que enfrentava inúmeras dificuldades logísticas e operacionais à época (CSONU, 2013; ICG, 2016).

Considerada excessiva, a rápida intervenção francesa foi severamente contestada, dado o significativo papel desempenhado pelos contingentes regionais na estabilização do Mali até aquele momento. Era notório o interesse estratégico francês relacionado ao comércio de urânio, gás, ouro e petróleo na região do Sahel (FIG. 2), sendo o Mali um dos principais

pontos de acesso a essas riquezas (ICG, 2016; ROBERTO *et al.*, 2013). Desse modo, o pedido presidencial evidenciava a continuidade das relações neocolonialistas.

Apesar da rápida vitória francesa, o CSONU autorizou a permanência das forças de paz, estabelecendo, em julho de 2013, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali[52] (MINUSMA, na sigla em inglês), substituindo a AFISMA (ROBERTO *et al.*, 2013).

A CEDEAO acompanhou todas as etapas do processo eleitoral malinês, fornecendo assistência técnica e financeira. Porém, quando Boubakar Keita (1947 -) foi eleito presidente, em setembro de 2013, a influência da Comunidade no processo de paz diminuiu. Keita considerava que a CEDEAO tinha sido complacente com o movimento tuaregue durante as negociações de paz. O novo governo aproximou-se da Argélia[53], que protagonizou as relações com a ONU durante o encerramento do conflito em 2015, momento em que os contendores assinaram um acordo de paz no qual a CEDEAO desempenhou um papel secundário nas discussões (ICG, 2016).

Atualmente, devido à dispersão insurgente provocada pela intervenção francesa, os ataques passaram a ocorrer isoladamente. Os esforços para a estabilização regional são realizados pela MINUSMA em conjunto com o "Sahel 5", uma coalizão composta por Chade, Mauritânia, Mali, Niger e Burquina Faso, ex-colonias da França, que ainda detém um forte domínio político e econômico na região (LAURIA *et al.*, 2015).

4.4 A evolução da Comunidade no gerenciamento de conflitos

Embora separados pelo tempo e espaço territorial, os conflitos analisados possuem dinâmicas comuns. Isso porque foram deflagrados a partir de aspirações de minorias étnicas, marginalizadas por Estados politicamente enfraquecidos, nos quais predominavam a

[52] Do inglês: *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*
[53] País de colonização francesa localizado na África do Norte

insatisfação popular e a corrupção governamental.

No entanto, a preponderância da Nigéria na sub-região havia vinculado de forma inextricável sua segurança nacional à regional, permitindo uma resposta adequada à violência. Outrora fundamental na formação da organização regional em 1975, sua liderança nos anos 1990 forneceria o apoio político-financeiro e militar responsável pela criação de um sistema coletivo regional de paz e segurança na forma do ECOMOG, comprovando o desenvolvimento de uma política externa e de segurança comum, durante a intervenção da CEDEAO na Guerra Civil da Libéria.

Embora o ECOMOG fosse baseado em uma resposta específica para o conflito liberiano, com um mandato que não havia considerado as especificidades e necessidades inerentes àquele evento, o grupo se consolidaria como uma força permanente da AAPS, contribuindo para a segurança em escala continental, com o aval da ONU.

O “Mecanismo” institucionalizou o processo de gestão e contenção de conflitos armados e tem ditado as regras das relações intrarregionais, contribuindo positivamente para a redução da violência na sub-região, apesar da nova geração de ameaças inerentes ao mundo globalizado, que são utilizadas pela ONU como justificativa para as intervenções neocolonialistas na região, conforme ocorrido no Mali.

No conflito da Libéria, o fenômeno da “sobreposição” foi justificado pela inépcia dos líderes estatais em promover uma postura comum diante do movimento de Taylor, formando claramente dois blocos politicamente divergentes no seio da Comunidade, um francófono e outro anglófono, dinâmica que pode ser observada no processo de integração econômica, entre a UEMOA e a ZMOA.

Apesar do perene problema de divisão colonial evidenciado nas duas contendas, pode-se constatar que o “Mecanismo” tem permitido, ao menos no campo securitário, a redução das desavenças intrabloco. Para tanto, tem-se como exemplo o sucesso da CEDEAO

em aplicar as severas sanções que derrubaram o governo transitório antidemocrático do Mali.

Conforme o arcabouço teórico deste trabalho, um CRS deve ser formado por Estados autônomos, em uma região, geograficamente homogênea, com fronteiras que distinguam os complexos ali presentes. Além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de uma polaridade entre as unidades, com a constituição de padrões de construção sociais distintos e duráveis.

Percebe-se, desse modo, que a formação da CEDEAO propiciou esses elementos. É, assim, importante notar que a distribuição de poder e os padrões de amizade e inimizade foram definidos desde a independência, com a disputa entre a Nigéria e o bloco francófono em torno da liderança regional, apesar da presente "penetração" francesa.

Ademais, a forte economia e a maturidade política do Estado nigeriano, aliadas ao "Mecanismo" e à criação de estruturas como a EPC, em que a necessidade de implementar medidas pré-conflito demandam uma cultura de transparência entre os membros da Comunidade, evidenciam que a classificação do CRS africano, concebida em 2003, necessita de uma atualização. Assim, sugere-se a ascensão da África Ocidental à condição de subcomplexo regional de segurança, centralizado de forma unipolar na Nigéria, dentro da estrutura do CRS liderado pela UA.

As evidências apresentadas demonstraram a capacidade da CEDEAO em preencher a lacuna na análise das questões políticas e militares – além de econômicas – de nações culturalmente próximas e que partilham das mesmas vulnerabilidades. Nesse sentido, é possível inferir que a organização tem sido um instrumento vital na regionalização e formação de uma identidade securitária comum. A convergência de interesses, representada pela adoção de uma constituição de segurança, indicam que a influência neocolonial não tem impedido a instituição de trilhar o caminho proposto, apesar de retardá-la.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve o intuito de analisar se a CEDEAO se firmou como órgão responsável pela integração e pela promoção da segurança da África Ocidental no período pós-Guerra Fria (1989-2015), gerenciando os conflitos regionais de maneira eficaz, diante de uma região abandonada pelos protagonistas do SI. Para atingir tal propósito, foi realizada uma extensa pesquisa sobre a formação e a conflituosidade dos Estados da sub-região, de forma que os argumentos acerca das ações da Comunidade pudessem ser corretamente avaliados sob a lente teórica dos CRS.

Desta forma, o debate foi iniciado com o estabelecimento de uma conexão entre dois conceitos academicamente consagrados: conflito e segurança. Logo, constatou-se que ambos são inerentes ao comportamento humano, o que justificaria certas motivações para o uso da força em prol da sobrevivência e dos anseios de determinado grupo social.

Com o colapso da bipolaridade, as diferentes perspectivas sobre segurança pregavam que as alterações na hierarquia de poder possibilitaram o aparecimento de novos atores e práticas capitalistas predatórias, os quais levaram os Estados menos favorecidos a desenvolverem interações regionais além de suas fronteiras, estabelecendo laços – econômicos, políticos e militares – com o intuito de aumentar a sua representatividade na geopolítica internacional e securitizar os problemas em comum.

Essas dinâmicas permitiram o desenvolvimento da teoria dos CRS que, ao observar o relacionamento interestatal, possibilitava uma análise pormenorizada do nível de aproximação regional e os quesitos necessários para classificar os diferentes níveis de maturidade securitária de uma região, estabelecendo uma correlação positiva entre a construção de estruturas circunscritas a uma determinada área de influência e às oportunidades de redução e prevenção de conflitos, motivos pelos quais este conceito foi o escolhido para fundamentar as considerações formuladas.

Terminadas as reflexões teóricas, foram apresentados os processos que levaram o continente africano a enfrentar anos de revoltas, miséria e corrupção. A análise histórica propiciou constatar que, apesar do sentimento integracionista vigente no período ancestral africano, os costumes baseados no poder individual dos líderes, a religião e a cultura local – desinteressados pela terra e pela condição humana – facilitaram o processo de dominação europeu. Assim, durante anos, as relações coloniais subjugaram o continente, criando um sentimento de dependência – e ao mesmo tempo de integração – que vigora até os dias atuais, o que ficou comprovado pelo hábito dos Estados mais desenvolvidos, principalmente o francês, de praticar a "penetração" e a "sobreposição", conceituadas por Buzan.

As intervenções externas retratam que há uma dissociação entre o reconhecimento jurídico internacional e a observância da soberania dos Estados africanos. Mesmo após a independência, atores externos e facções apoiavam as elites patrimonialistas, num tipo de associação que passava a explorar os recursos estatais sem se preocupar com os anseios da sociedade que, por sua vez, ao revoltar-se, gerava um ciclo de violência regional.

Caracterizada pela fragmentação política decorrente dos processos de emancipação, a África Ocidental possui transtornos securitários que são consequência direta dos problemas domésticos provocados pela fraqueza estatal, incapaz de manter a ordem interna. Esse cenário permite a ocorrência de guerras civis, o contumaz fluxo de refugiados e a existência de atores privados, tais como milícias, que controlam territórios, recursos econômicos e meios militares, sendo comum a intervenção desses grupos em conflitos internos de Estados vizinhos, devido à porosidade fronteiriça, que desestabilizam a região.

Nesse diapasão, o tamanho e a riqueza da Nigéria permitiram a criação da CEDEAO, uma organização regional supranacional com objetivos econômicos que, durante o conflito na Libéria, teve o presságio de que a integração neste campo só seria possível quando os problemas securitários de sua área de influência fossem gerenciados e mitigados.

A experiência do ECOMOG na gestão de conflitos demonstrou a relevância do papel e a contribuição das hegemonias sub-regionais na manutenção da paz e segurança da região, conforme preconizado na teoria dos CRS. A criação do grupo de monitoramento permitiu a promoção de uma política externa e de segurança da Nigéria na África Ocidental, limitando o papel da França na sub-região.

Conforme visto, no conflito do Mali, apesar da maturidade política e dos mecanismos criados pela CEDEAO em decorrência de experiências, os interventores externos continuaram desempenhando um duplo papel: por um lado, contribuíram e reforçaram a eficácia das ações militares da Comunidade e, por outro, comprometeram potencialmente a influência regional da organização, que saiu fragilizada daquele evento.

Entretanto, deve-se considerar que as atuações da CEDEAO no campo securitário são um exemplo concreto da institucionalização da África Ocidental como um bloco em torno da Nigéria e dos seus padrões de inimizade com os Estados francófonos, organizados na UEMOA, um dos motivos da proposta para a reclassificação da estrutura do CRS após a avaliação da "constelação de segurança" regional.

A formação de um CRS define interconexões locais patentes e relativamente duráveis que permitem o gerenciamento de conflitos, além de orientar e moldar o impacto de poderes externos na região, tornando-o moderado ou controlável, diante da dinâmica de segurança local. Sendo assim, conclui-se que a CEDEAO se consolidou como um instrumento eficaz na regionalização da segurança da África Ocidental no pós-Guerra Fria.

Desse modo, considera-se que essa Comunidade tem um grande potencial para contribuir para a formação de uma identidade pan-africana em termos de defesa – considerando as características sub-regionais e nacionais – fundamentando-se em princípios como a solução pacífica de controvérsias, o respeito à soberania e a prevalência dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, Adekeye. **Liberia's Civil War: Nigeria, ECOMOG, and Regional Security in West África**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2002a. 285 p.

ADEBAJO, Adekeye. **Building Peace in West África: Liberia, Sierra Leone, and Guinea-Bissau**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2002b. 192 p.

BAH, Thierno M. **Intellectuels, Nationalisme Et Ideal Panafricain – Perspective Historique.** Dakar: CODESRIA, 2005. 200 p.

BENJAMINSEN, Tor. **Does supply-induced scarcity drive violent conflicts in the African Sahel? The case of the Tuareg Rebellion in northern Mali.** Journal of Peace Research, v. 45, n.6, p. 819-836, nov. 2008. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022343308096158>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: UNB, 1998. 1330 p.

BRENER, Jayme. **1929 – A Crise que mudou o Mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1998. 48 p.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder (EUA): Lynne Rienner Publishers, 1998. 239 p.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the Structure of International Security**. Nova York: Cambridge University Press, 2003. 564 p.

BUZAN, Barry. **People, States & Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. 2nd ed. Colchester (RU): ECPR Press, 2008. 318 p.

CASTRO, Therezinha de. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 204 p.

CEDEAO. **ECOWAS 2015 Annual Report: ECOWAS at 40: Achievements, Challenges and Prospects**. Abuja, 2015. Disponível em: <http://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2017/11/Annual-Report-2015_English.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CHAZAN, N.; LEWIS P.; MORTIMER, R.; ROTHCHILD D.; STEDMAN Stephen J. **Politics and Society in Contemporary África**. 3Rd ed. Londres: Macmillan International Higher Education, 1999. 548 p.

CSONU. **Relatório Mensal do Conselho de Segurança das Nações Unidas – Fevereiro de 2013.** Nova York, 2013. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2013-02/mali_4.php>. Acessado em: 23 jun. 2018.

DUARTE, Geraldine R. **Crise no Mali: as Origens do Conflito e os Entraves para a Resolução.** Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 7-14, 2013. Disponível

em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/5256/5220>. Acesso em 18 jul. 2018.

DUNN, D. Elwood. **Liberia and the United States During the Cold War: Limits of Reciprocity**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. 262 p.

FAGE, J. D.; CROWDER, M.; OLIVER, R. A. **The Cambridge History of África**. v.8. Reino Unido: Cambridge University Press, 2008. 1030 p.

FERNANDES, Joel A. **Integração para o Desenvolvimento da África: a Fusão de Blocos Econômicos.** Ijuí: UNIJUI, 2009. 216 p.

FRANCIS, David J. **The Politics of economic regionalism: Sierra Leone in ECOWAS**. Nova York: Routledge, 2017. 276 p.

FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310 p.

HAAS, Ernst B. **International integration: the European and the universal process. International Organization.** v.15, n.3, p. 366–392, 1961. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/cupintorg/v_3a15_3ay_3a1961_3ai_3a03_3ap_3a366-392_5f00.htm>. Acesso em: 05 jul 2018.

HARDERS, C.; LEGRENZI, M. **Beyond Regionalism? Regional Cooperation, Regionalism and Regionalization in the Middle East**. Farnham (RU): Ashgate Publishing, Ltd., 2008. 208 p.

HERNANDEZ, Leila L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005. 679 p.

LAURIA, V.; FRAQUETTO, M.; CRUZ, L.; MARQUEZI, B. **Mali: conflito complexo e multifacetado. Série Conflitos Internacionais.** v.2, n.6, p. 1-6, 2015. Diponível em: <https://www.marilia.unesp.br/mali---conflito-complexo-e-multifacetado.pdf>. Acesso em: 22 jul 2018.

LE BILLON, Philippe. **Geopolitics of Resource Wars: Resource Dependence, Governance and Violence**. Londres: Frank Class, 2005. 277 p.

MACEDO, José R. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2014. 192 p

MAKINDA, Samuel M.; OKUMU, F. Wafula; MICKLER, D. **The African Union: Addressing the challenges of peace, security, and governance**. 2nd ed. Nova York: Routledge, 2016. 218 p.

MARC, Alexandre; VERJEE, Neelam; MOGAKA, Stephen. **The Challenge of Stability and Security in West Africa**. Washington: The World Bank Group, 2015. 188 p.

M'BOKOLO, E. **África Negra: história e civilizações. Tomo II (do século XIX aos nossos dias).** Tradução Manuel Resende. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, 754 p.

MINGST, K.; TOFT, I. **Princípios de Relações Internacionais**. 6ª ed. Tradução Cristiana de Assis Terra. Rio de Janeiro: Campus, 2014. 448 p.

MORGENTHAU, Hans J.; THOMPSON, Kenneth W. **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília: FUNAG, 2003. 1093 p.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às Relações Internacionais**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2004. 248p

PECEQUILO, Cristina S. **Política Internacional**. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012. 396p

ROBERTO, W.; CLOSS, M.; RONCONI, G. **The Situation in Mali.** UFRGS Model United Nations Journal, v. 1, p. 71-97, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2013/wp-content/uploads/2013/10/The-Situation-in-Mali.pdf> Acesso em: 20 jul 2018.

SALL, A. **Les mutations de l'intégration des États en Afrique de L'ouest: une approche institutionnelle**. Paris: L'Harmattan, 2006. 189 p.

SPOHR, Alexandre P.; MEDEIROS, K.; STADNIK, M. **Relações internacionais para educadores: África em foco**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 244 p.

THOMSON, A. **An introduction to African politics**. Nova York: Routledge, 2010.

TOSTA, O. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

VISACRO, A. **A Guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018. 224 p.

VISENTINI, Paulo F. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.** São Paulo: UNESP, 2012. 187 p.

VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional: O Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial.** Curitiba: Juruá, 2011. 272 p.

ANEXO A

FIGURA 1 – Mapa político da África Ocidental

Fonte: *Nations Online Project.* Disponível em: <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/west-africa-map.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ANEXO B

TABELA 1
Valores movimentados pelo mercado – CEDEAO – 1970/1980/2001/2013

Ano	Valores Movimentados		
	Comércio Intrarregional (1000000USD)	Total de Exportações (1000000USD)	Parcela do Comércio Interno sobre Exportações (%)
1970	61,00	2960,00	2,1
1980	1056,00	32450,00	3,9
2001	2292,00	24126,00	9,5
2013	13037,00	109555,00	11,9

Fonte: CEDEAO, 2015, p. 125.

ANEXO C

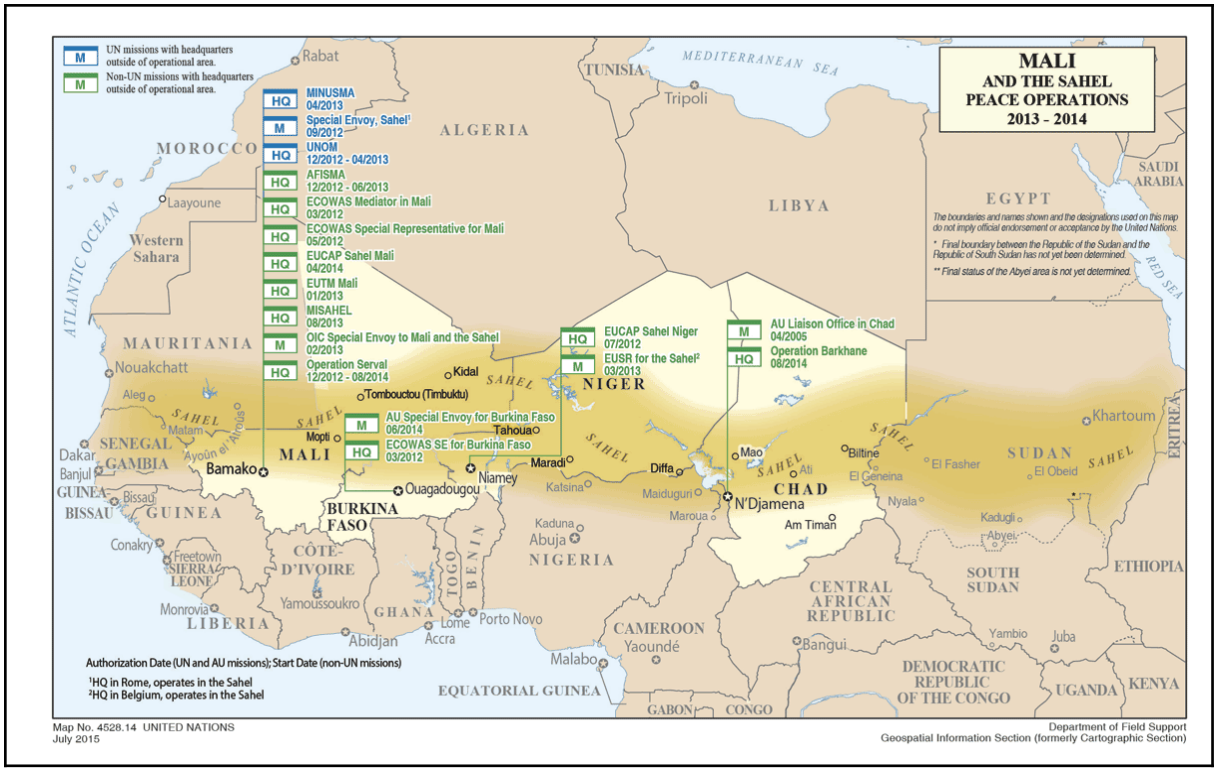

FIGURA 2 – Operações de paz na região do Sahel

Fonte: *Global Peace Operations Review*. Disponível em: <https://peaceoperationsreview.org/maps/mali-sahel/>. Acesso em: 15 jul. 2018.